

## **POLINDO ESPÍRITOS FORMANDO PROFESSORAS: A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO EM CAMPINA GRANDE-PB (1929-1932)**

ELSON DA SILVA PEREIRA BRASIL\*

Entre o “instituto pedagógico” e o “ginásio campinense” passou polindo e lapidando seu espírito cintilante.  
(Evolução, fevereiro de 1932, N 6: 15).

Normalista: “Estudante do curso pedagógico, que formava professoras nas escolas normais de todo o país para o ensino primário. As **normalistas** saíam das escolas vestidas de azul e branco e com sorriso encantador”<sup>1</sup>. É assim que o site Dicionário *inFormal*, no presente, descreve o termo normalista. Como, em que momento, se começou a dizer que o curso normal era um curso que formava professoras? É nesta direção que pretendemos escrever esse trabalho, problematizando a elaboração de uma feminização do magistério na cidade de Campina Grande, na Paraíba.

Quando a cidade começou a feminizar seu magistério? Como os periódicos da cidade criaram uma discursividade sobre o tema no ano em que o município ganhava sua primeira turma de professoras? O foco deste trabalho é localizar quando se passou a associar o termo normalista ao sexo feminino, na cidade da Campina Grande, na Paraíba. Quando apenas as mulheres passaram a ser alunas do curso Normal, no município e como era que as instituições de ensino disciplinavam os corpos e espíritos das alunas, comparando-as com pedras que deviam ter seu espírito polido.

“Polindo?”, “lapidando?” como assim? É assim que os editores da Revista Evolução vão descrever o caminho percorrido por uma de suas normandas. Demonstrando que aluna passou pelo IPC e lá foi lapidada, como uma pedra bruta que se torna preciosa após passar pelo crivo do lapidário, no caso o IPC. Isto era feito demonstrando a tecnicidade com que a instituição pensava o corpo e o espírito de suas alunas, em um momento em que “era preciso buscar a superação do caótico quadro em que se encontrava a educação nacional. Era preciso

---

\* Graduando do curso de História e Bolsista do PET História UFCG SESu MEC. e-mail [elsonspb@gmail.com](mailto:elsonspb@gmail.com).  
Orientadora: Prof. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento (Professora do curso de História e tutora do PET História UFCG SESu MEC)

<sup>1</sup> Disponível in: <http://www.dicionarioinformal.com.br/normalista/> acessado em: 13/06/2013 às 17:46.

formar um quadro estável de profissionais, que não buscasse no salário o motivo de seu ofício” (CHAMON, 2006: 8). Para tanto pretendemos problematizar como a fundação de um Instituto de Educação, a criação de uma Escola Normal e a formatura da primeira turma de professoras pode significar a feminização do magistério em uma cidade.

O IPC se colocava como o polidor do espírito de suas normalistas. Propomos os itens *O mestre polidor e a oficina de polir: O IPC e a Escola Normal “João Pessoa”* onde analisamos os discursos sobre o IPC e a Escola Normal “João Pessoa” tentando perceber como estes buscam inventar uma escola Normal que é dotada de códigos da modernidade, pensando esses como sendo modos de saber que impõem um poder sobre o corpo feminino na cidade. Ao discorrer em *Primeiras pedras polidas: a turma de 1932*, outro item deste texto, pretendemos problematizar os discursos produzidos no ano de conclusão da primeira turma de normandas, percebendo como estes criam a imagem de um magistério tipicamente feminino. Em um ultimo momento nos detemos em pensar e apontar o que ainda está por ser feito para que a pesquisa obtenha o êxito desejado.

### **Bebendo das fontes: Revista *Evolução* e Jornal *Comércio de Campina***

A Revista *Evolução* e O Jornal *Comércio de Campina* tem um aspecto em comum, o Tenente Alfredo Dantas Correia de Góes, fundador e diretor do IPC, e o professor Manoel Almeida Barreto que atuou como professor no instituto. Ambos são Diretor e Editor dos periódicos citados. Qual a relação desta produção com o processo de feminização no magistério na cidade de Campina Grande? Toda. São estes impressos que veicularão textos sobre o cotidiano das Normandas.

A Revista *Evolução* foi um periódico que teve uma vida curta. Foi produzida entre os anos de 1931 e 1932. Especificamente entre os meses de setembro de 1931, quando sai o primeiro número e abril/maio de 1932, quando saem os números 8 e 9 em um mesmo exemplar. “Pelos Estatutos do “Instituto Pedagógico”, esta revista teria o nome de Revista Pedagógica; contudo, pareceu-nos mais acertado convertê-la em um *magazine*, em que todos, á uma, colaborem em assuntos variados, consoante o pendor de cada um” (*Evolução*, N. 1, Setembro de 1931: 9). Entre esses colaboradores estavam alunos e alunas, professores e

professoras do IPC, além de intelectuais da sociedade Campinense como Elpídeo de Almeida e Iracema Marinho.

A revista representava uma novidade na imprensa de Campina Grande. Além de tratar de assuntos ligados à instrução, cultura e de interesse da elite campinense, também trazia, publicados em suas páginas, artigos científicos, crônicas e poemas de alunos e professores. Além disso, já em seu primeiro número os editores afirmaram que se pretendiam “Fortificados pelo viático da razão” (id. *ibid.*).

Segundo Melo (2011) a orientação religiosa do Tenente Alfredo Dantas, que era evangélico, influenciou na sua produção intelectual e impulsionou sua investida na Educação em Campina Grande; refletindo na elaboração da Revista e influenciou para a adesão ao método da Pedagogia Nova ou Escola Nova, um método que, entre outras coisas, se caracterizava pela adesão ao ensino laico. Manoel de Almeida Barreto, professor e membro do corpo editorial da Revista *Evolução*, teria deixado a Batina, desistido de ser padre. Talvez por serem dois homens que passaram por experiências religiosas tão intensas e tão ambíguas tenham resolvido optar por manter um Instituto de Educação que não estivesse ligado a nenhum culto religioso em específico, e sim direcionar-se para um a “Evolução” que “irá rumo ao Norte para onde ‘se inclina a divina bússola do Espírito Humano’” (id. *Ibid.*).

Desta forma é possível problematizar a Revista *Evolução* como uma fonte de grande valia para o andamento desta pesquisa, por apresentar um caráter diverso de assuntos em suas páginas, também por ser um periódico que está diretamente ligado ao IPC. Sendo considerada por seus editores como “reflexo pedagógico do Instituto Pedagógico e Escola Normal ‘João Pessoa’” (id. *Ibid.*).

O Jornal *Comércio de Campina*, também dirigido por Almeida Barreto e pelo Tenente Alfredo Dantas, é uma fonte muito importante nessa pesquisa. Com o intuito de ser um ‘órgão de interesses sociais’ traz muitas informações sobre fatos envolvendo as alunas da Escola Normal “João Pessoa”. Seu primeiro número sai em 19 de Março de 1932. Era uma publicação de caráter semanal, impressa em Campina Grande-PB, e publicada aos sábados. Os exemplares encontrados no Arquivo Biblioteca Àtila de Almeida, onde encontramos maior quantidade desse periódico em um mesmo acervo, vão até o número 38, que saiu em 17 de Dezembro de 1932.

O Jornal tinha a proposta de integrar em uma mesma folha os temas cultura, instrução e comércio. É possível, ao fazer uma breve análise dos discursos do jornal, perceber que narrar os acontecimentos que ocorriam no IPC. Aulas de Campo das Alunas da Escola Normal, concursos que o IPC promovia, textos dos alunos e outros assuntos relacionados à cultura e à elite campinense. A produção desses periódicos, o Jornal e a Revista Evolução, está relacionada à boa fase pela qual passava a economia campinense.

Segundo Aranha (2006) e Nascimento (2005) a economia de Campina Grande apontava um grande desenvolvimento. A chegada do Trem representava um maior movimento de troca comercial e cultural com a cidade de Recife- PE, cidade de maior representatividade no Norte do país. Para Nascimento um novo mundo estava sendo criado e o Jornal o Comércio de Campina representa isso: uma publicação que une cultura e economia, interesses de uma sociedade que buscava o progresso e a modernidade.

*Esta ligação com Recife modificou o hábitos dos campinenses que além das relações comerciais estavam em constante contato com as inovações culturais e tecnológicas que se processavam naquele estado. Com isto, os mais diversos temas discutidos no Recife eram também motivo de debate em Campina Grande (NASCIMENTO, 2005: 81).*

O uso desses dois periódicos se justifica por serem ambos dirigidos e escritos por pessoas ligadas ao IPC ao qual estava ligada a Escola Normal “João Pessoa”. Como também por terem sido publicados nos anos que precediam a conclusão da primeira turma de normalistas. Segundo Luca (2011) a Imprensa pode ser pensada como “porta voz de interesses”, em que os interesses são manipulados e manipuladores de opinião, o discurso da imprensa cria uma realidade.

A Revista e Jornal também veiculam em suas linhas e entrelinhas discursos que como diz Foucault (1996) são fatos, são imagens criadas e idealizadas para disciplinar os indivíduos em um padrão social, para normatizar: discursos que são acontecimentos. Os textos destes periódicos apontam como é que os escritores e editores dos mesmos planejavam formar uma turma de PROFESSORAS em um contexto no qual a “associação entre magistério e baixo prestígio profissional foi se instalando gradativamente, a ponto de ser visto como desonroso para o homem continuar atuando como profissional da escola elementar” (CHAMON,

2006:8) exigindo a elaboração de uma nova norma sobre o magistério, uma norma que o associasse ao sexo feminino.

Apresentados os periódicos, vamos conhecer duas obras que muito auxiliam a compreensão da História da cidade de Campina Grande, a primeira é *História de Campina Grande* (1962), Elpídeo de Almeida, o autor, elabora uma (sua) História da cidade de Campina Grande. Essa obra sai em comemoração ao centenário da cidade que se daria em 1964. Destacamos desta obra os capítulos intitulados *Ensino Primário* e *Grêmio de instrução*. O primeiro em especial vai fazer um levantamento dos professores de grande importância para a cidade, entre os citados estão uma grande maioria de homens como Mauro Luna, Clementino Procópio e Pedro Marreco. No último parágrafo do capítulo, o autor cita outros professores, aparece apenas uma mulher, a professora Prescila Guedes. Demonstrando a ausência da valorização da mulher como professoras na cidade nas três primeiras décadas do século XX.

A segunda obra é *Datas Campinenses* (1947) bem distinta da de Almeida, nesta Epaminondas Câmara faz um apanhado das datas que ele considera importantes para a história de Campina Grande, embora preze mais os acontecimentos ligados ao campo da política, o autor ressalta a criação de escolas e grêmios de leitura na cidade. Após apontar as datas entre 1910 e 1930 o autor enumera uma relação de professores e jornalistas, é possível notar ainda a predominância de homens ocupando estes cargos. Notamos, porém um crescimento no número de professoras: entre 1901 a 1910 havia uma professora, entre 1921 e 1930 cresce para quatro mulheres atuando nessa área, o que não era muito.

Assim se fazia necessário em Campina Grande uma Escola Normal para formar pessoas para o magistério e, como mostra Chamon (2006), Kulesza (1996) e Hahner (2011) o magistério era uma profissão que, após meados do século XIX, não interessava mais aos homens. Era necessário o outro sexo assumir a profissão. Mesmo assim em Campina essa profissão passa a ser dominada por homens até a criação de uma Escola Normal que tem sua primeira turma constituída apenas por mulheres.

### **O “mestre Polidor” e a “oficina de Polir”: O IPC e a Escola Normal “João Pessoa”**

Fundado pelo Tenente Alfredo Dantas e pela Normalista Ester Azevedo em 1919, sua enteadada, o educandário é tomado por alguns historiadores<sup>2</sup> como sendo sinal da modernidade pedagógica que despontava no Brasil e chegava à Campina Grande. De início o IPC abrigava apenas uma cadeira destinada ao ensino dos meninos, essa ministrada pelo Tenente Alfredo Dantas, e outra destinada às meninas e ministrada por Ester de Azevedo.

Em pouco tempo o IPC ganha destaque entre os educandários do Estado seguindo uma educação diferenciada do modelo tradicional de ensino que estava ligado principalmente à Igreja Católica, como os “Institutos São Sebastião do professor Anézio Leão, e o Paroquial da Imaculada Conceição do professor Jorge Muniz” (CÂMARA, 1947: 96), estes, fundados em 1920, talvez como uma resposta do grupo católico que passava a sentir seu domínio ameaçado pelo IPC, fundado um ano antes, que pertencia a um protestante e defendia um modelo de educação laica e renovada.

Nesse sentido, ao aderir a ideias de educação que se classificavam nos moldes do Escolanovismo, o IPC aderiu também ao caráter dominador sobre o corpo que o novo modelo propunha: uma educação nos moldes da modernidade onde o corpo passa ser agenciado e pedagogizado na escola, o IPC passa a higienizar os costumes para que estes se adaptem à norma. Sendo assim consideramos o IPC este mestre que vai polir o espírito de seus alunos e alunas. Que vai receber meninos e meninas como se estes fossem pedras (semi)preciosas que precisavam ser lapidadas para brilhar na sociedade que ambicionava alcançar o status de moderna e que precisa de corpos dóceis. Uma das atividades realizadas pela Escola Normal foi uma visita das normandas a algumas fabricas da cidade de Campina Grande. Segundo o Jornal o Comércio de Campina as visitantes estavam “curiosas e ávidas de instrução, lastro da mais nobre e patriosa missão de ensinar: sabendo”, “Pelo que se vê, as professorandas normalistas recebem noções diretas do que precisam entender para mais facilmente transmitir em suas lições sobre indústrias e profissões”[sic.] (Comércio de Campina, 3 de setembro de 1932:4). As alunas tinham de conciliar os saberes propedêuticos que o curso já lhes oferecia e ainda tinham de aprender para ensinar assuntos relacionados a ‘indústria’ nascente que se instalava na Cidade. O analfabetismo que elas tinham de combater não era mais apenas o

---

<sup>2</sup> Ver os trabalhos de SILVA (2010), ANDRADE (2012) e SILVA (2011), neles é possível perceber como as autoras interpretam a criação do IPC como sendo um marco na Educação campinense do século XX.

letrado, tinham de educar para um dado sistema econômico. Seus corpos eram treinados para corresponder a novos objetivos.

A mulher passa a ser inserida no cenário de uma economia moderna e capitalista. Segundo Cavalcante (2000) as transformações da modernidade em Campina Grande nessa época ocasionaram uma saída da mulher do privado para o público. E foram os saberes médicos e pedagógicos que lideraram o controle do corpo feminino que se libertava das paredes do lar, mas que não podia se desvencilhar da imagem de mulher ideal e de mãe. No nosso caso as normalistas tinham de aparentar serem meigas, belas, inteligentes, dotadas de razão e etc.

O corpo e o comportamento feminino historicamente se viram cercados por saberes e dizeres. A escola vai ser esse lugar por excelência onde a disciplina se aplica sobre os corpos (Foucault, 2010) e se estendem pela sociedade. As escolas normais que se difundem no País em fins do século XIX e início do XX não foram diferentes. Eram instituições que disciplinavam as personagens que iriam disciplinar os futuros cidadãos.

Assim, em dezembro de 1929, o IPC obtém do Presidente João Pessoa a concessão para que funcionasse no Instituto a Escola Normal, essa escola deveria funcionar nos moldes (equiparada e não como oficial) da Escola Normal Oficial do Estado que ficava na Capital, regida pelo mesmo regulamento. O fato da equiparação demonstra uma adequação do IPC às regras estabelecidas pela legislação estadual para o ensino.

É, metaforicamente, a Escola Normal “João Pessoa” essa Oficina na qual as moças são polidas para despertar uma maternidade tida como típica das mulheres e que só precisa ser aprimorada e aperfeiçoada (Louro 2006). Este argumento de que a mulher carrega consigo a maternidade vai ser apontado como um dos principais argumentos discursivos para que os homens deixem o magistério e que este seja ocupado por essas meigas criaturas de “Voz de requinta, bem Piano. Cabelos quase negros e lisos, caindo em franjas sobre a fronte. Tipo elegante de camponesa nordestina” (Evolução, fevereiro de 1932, N. 6: 15). Ou ainda como aquela que “Seus gestos acompanham o ritmo isócrono de seu feitio desafetado. Simplicidade, brandura, modéstia [...] Parece que anda a imitar a candura da alva cecem, ao mesmo tempo, a esquiva violeta” (Evolução, março de 1932, N. 7: 13).

### Primeiras “pedras polidas”: A turma de 1932

Ponderando que o IPC, suas escolas anexas, consideravam os verbos polir e lapidar ao referir-se ao espírito das alunas que passaram pela instituição. Contemplamos aqui a hipótese de descrever a primeira turma de normalistas como sendo “as primeiras pedras polidas” que o instituto lapida. Mulheres que tiveram sua maneira de pensar e de agir disciplinadas em função de uma profissão.

A primeira turma de alunas normalistas teve que passar por quatro anos de formação, anos em que seus espíritos foram polidos pelas aulas no IPC. Formadas para representar uma modernidade pedagógica, que preenchia o vazio que a desvalorização provocara e abria espaço para novas práticas pedagógicas.

De acordo com o artigo quarto do Regulamento da Escola Normal do Estado, em 1925, as alunas tinham que frequentar as seguintes cadeiras durante os cinco anos de curso Normal.

*Três Português/ Duas Francês/ Uma Arithimetica/ Uma álgebra/ Uma geometria/ Uma Physica e Chimica/ Três Geografia e Chorographia/ Duas de História da Civilização e do Brasil/ Uma História natural/ Uma Hygiene/ Uma de Desenho Lincar e caligraphia/ Duas de desenho a mão livre e Pintura aquarela/ Duas Musica/ Uma prenda domestica e costura/ Duas de trabalhos manuais/ Duas de Pedagoga e Pedologia (Regulamento da Escola Normal da Parahyba do Norte, 1925).*

O regulamento de 1925 não tem nenhum item específico sobre a equiparação de outros cursos Normais. O de 1931 versa sobre o assunto, uma das primeiras condições para que se equipare uma Escola Particular que deseje oferecer o curso Normal é “que adotem a organização, programas e regime da Escola Oficial”.

Como a Escola Normal “João Pessoa” era equiparada à Escola Normal do Estado, ela tinha que seguir o mesmo currículo. Assim, essas disciplinas proporcionavam às alunas uma aquisição de conhecimentos ao tempo em que as moldavam em um padrão higienizado, pagando uma cadeira de Higiene onde aprendiam “Condições gerais de saúde, higiene infantil, higiene escolar, higiene do trabalho, higiene urbana. Noções de profilaxia, primeiros socorros em casos de ferimentos, queimaduras, asfixia, envenenamento, higiene do lar” (Id. Ibid.). Para Silva (2001) o currículo define lugares estabelecendo fronteiras de saberes/poderes, essa política curricular “efetua, enfim, um processo de inclusão de certos

saberes e de certos indivíduos, excluindo outros” (SILVA, 2001:11-12). Portanto aprendendo esses saberes propostos no currículo para Escola Normal a professorandas estavam aptas a ensinar e proteger seus alunos como uma Supermulher-mãe-professora que agregava em um mesmo corpo conhecimento e zelo pela criança. Outra cadeira inclusa no regulamento de 1925 demonstra como o currículo da Escola Normal tinha como público alvo formar mulheres, a cadeira *Prendas Domésticas* onde as alunas aprendiam noções sobre costura e arrumação da casa e da escola.

Outro aspecto que merece ser explorado é uma serie de textos com o título *Perfil Normalista*, que será veiculado nos últimos números da Revista Evolução. É nesta coluna que percebemos o frequente uso do termo *polir* e de termos semelhantes. A todo instante os perfis fazem questão de ressaltar que as normalistas tinham um dom que carregavam consigo, mas eram características que se misturavam com aspectos antimodernos, como: ser supersticiosa, agitada ou tímida. Em um dos perfis lê-se:

*Falta-lhe calma para uma exposição. É perseverante e vencerá. A virtude da aplicação lhe dará a coroa de seus esforços.*

*Dispõe de boa memória, carecendo apenas desse prazer calmo com que se enfrenta o momento das provas orais. Índole bondosa, simplicidade evocativa, apreensiva nas dificuldades. A timidez no SOVOIRDIRE lhe dará estímulo para um dobrado esforço, vindo, de futuro, alcançará bom êxito em sua carreira (Evolução, abril e maio de 1932. N. 8 e 9: 24).*

Após passarem por todo o processo de educação, polimento, lapidação no IPC as normandas estavam prontas, aptas para conduzir uma sala de aula. Em Dezembro de 1932 acontece a colação de grau e o baile de formatura que tem ampla cobertura do jornal Comércio de Campina.

Na manhã de 17 de Dezembro de 1932 o Jornal Comércio de Campina relutante anuncia que vai interromper suas publicações, em meio a pedidos de desculpas aos seus assinantes, os editores prometem voltar. Era o numero 38, que recorda o baile que ressoa como se a memória do povo não os deixasse esquecer os festejos de formatura da primeira turma de professoras normalistas formadas em Campina Grande. A colação de grau era a consolidação de um projeto de civilidade e de modernização. Uma turma de mulheres aptas a ingressarem em uma sala de aula, em uma cidade onde os homens dominaram a área.

A solenidade se deu no Teatro Apolo, o primeiro cine-teatro da cidade, que outrora serviu de palco para as apresentações e exposições dos alunos e alunas da escola primário do IPC, agora servia de palco para a solenidade de colação de Grau. A alegria de uma sociedade que realizava o desejo de formar suas próprias professoras se estende até o Grêmio Renascença, onde ocorre o baile de formatura (Comércio de Campina, 17 de dezembro de 1932: 1 e 4).

“Raramente Campina Grande tem tido momentos de tanto jubilo, com aquele em que representada por todas as suas classes sociais assistiu no último domingo” (Id. Ibid.) diz um dos trechos do jornal, que continua explanando o quanto à cidade esperou e se preparou para esse acontecimento que contou com a presença do interventor federal, Dr. Argemiro de Figueredo, que governava o Estado, e sua comitiva, que presidiu a cerimônia de colação de grau.

“Euná Paiva de Oliveira, Heróides Matias de Oliveira, Nair Gusmão, Carmem Eloy de Almeida, Maria de Lourdes Andrade, Noemi Carlos, Isaura Galvão e Adelia Araújo” (Id. ibid.) foram as primeiras professoras que se formaram em Campina Grande. No palco onde ocorria a cerimônia estavam também vigiando e diplomando as instituições que formaram essas normalistas, encarnadas na figura do “Prof. Francisco Sales, inspetor técnico do ensino e representante de Diretor de instrução” (id. ibid.) que legitimava um saber adquirido.

Após lamentar a falta de espaço por não poder transcrever os discursos das alunas, o texto resume o interesse das normandas que tinham “à persistência e poderosa vontade de bem servir do venerado Tenente Dantas, dando mos de sua Escola, que é um pedaço de seu coração, a primeira Turma de moças campinenses diplomadas e aptas para o árduo apostolado da desanalfabetização” [sic.] (id. ibid.).

### **Alguns encaminhamentos (concluindo o texto, mas não a pesquisa)**

A historiografia sobre a feminização do Magistério no Brasil localiza em meados do século XIX a transição da profissão que era dominada por homens e passa a ser ocupada por mulheres. Entre os argumentos apresentados está o de que os homens deixam a profissão por causa da falta de valorização da mesma, que era mal remunerada. Segundo Chamom (2006:2):

“A feminização do magistério não é um fenômeno novo e tem se manifestado na maioria dos países ocidentais desde a segunda metade do século XIX”.

Na então Parahyba do Norte não foi diferente, em 1888, segundo Mello (1996: 68) o Estado ganha a primeira turma de “professoras diplomadas”. Esse fato segundo o autor marcava a história educativa do Estado representando uma vitória e alimentando grandes esperanças.

Se a historiografia localiza o fenômeno de feminização do magistério no Brasil no século XIX porque insistir em um trabalho que propõe o ano de 1932 como o ano em que o mesmo ocorre em Campina Grande no mesmo Estado?

Revisitando a historiografia da cidade de Campina Grande-PB percebemos que até 1932 muito pouco se falava em professoras, apenas os Mestres Escola eram notícia, homens que criavam institutos, educandários ou escolas em suas casas. Mas com a criação da Escola Normal em 1929 e a formatura da primeira turma em 1932, as mulheres passam a ter sua atividade reconhecida em jornais e periódicos. Vai ser também nesse momento que se torna possível localizar como os anseios de uma cidade que almejava a modernidade consolida um sonho de emancipar a mulher.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. 2. Ed. João Pessoa: Edufpb, 1998.

ANDRADE, Vivian Galdino de. A Compreensão de uma ‘modernidade pedagógica’ através do Instituto Pedagógico Campinense (1919-1950). In: Anais do IX Seminário de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. UFPB – João Pessoa, 2012.

ARANHA, G. B. Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925). 1ª. Ed. Campina Grande - PB: UDUFCG, 2006.

BRASIL, Elson da Silva Pereira. “PERFIS NORMALISTA”: DISCIPLINANDO O MAGISTÉRIO NA DÉCADA DE 1930 EM CAMPINA GRANDE-PB. In: Anais do II Colóquio Nacional História cultural e sensibilidade. Caicó-RN, 2012.

\_\_\_\_\_. A DEFESA DO MODELO ESCOLANOVISTA NA REVISTA “EVOLUÇÃO”: CAMPINA GRANDE-PB, DÉCADA DE 1930. In: Anais do III COBESC, Campina Grande-PB, 2012.

BURITI, Iranilson. Há Var(r)gas na escola: o discurso higienista e limpeza da infância escolar nos anos 20 e 30. . In: DANTAS, Eugênia, e BURITI, Iranilson (Orgs.). Cidade e região: Múltiplas histórias. João Pessoa: Ideia, 2005. P. 39-65.

\_\_\_\_\_. Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienista e educação primária em Campina Grande (1920-1940). In: ANDRADE, J. C. S. et. al. (Orgs.). Cultura e Cidades; Campina Grande: EDUFPG, 2009, P. 191-214.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Departamento de Publicidade – Academia Paraibana de Letras. João Pessoa – PB, 1998.

CAVACANTE, Silêde Leila de Oliveira. Mulheres modernas, mulheres tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes-Campina Grande (1930-1950). Dissertação de mestrado em História. Recife: UFPE, 2000.

CHAMON, Magda. Trajetória de feminização do magistério e a (con) formação das identidades profissionais. In: VI Seminário da REDESTRADO- Regulação Educacional e Trabalho Docente. UERJ- Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. A disciplina Moral. IN: COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 21. Ed - Rio de Janeiro: Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. A Ordem do discurso. 3. ed. São Paulo. 1996.

\_\_\_\_\_. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 38. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HAHNER, June Edith. Escolas mistas, Escolas Normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2), mai/ago. 2011. P. 467-474.

KULESZEJ, Wojciech Andrzej. A Institucionalização da Escola Normal no Brasil (1879-1910). In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 79, n. 193, p.63-71, set/dez. 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Mulheres na Sala de Aula IN: DEL PRYORE, Mary. (Org.), História das Mulheres no Brasil, 8. Ed.- São Paulo: Contexto, 2006.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). *Fontes Históricas*, 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011. P. 111-153.

MELLO, José Baptista de. *Evolução do ensino na Paraíba*. 3. Ed. João Pessoa: Conselho estadual de Educação, 1996.

MELO, Josemir Camilo De. “*Evolução*”: Revista Pedagógica E Magazine Na Paraíba Nos Anos 30. In: II Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Sociedade e Cultura, 2011, UFCG, Campina Grande.

NASCIMENTO, Regina Coelce Gomes do. Campina Grande: Cenários de Sedução. In: DANTAS, Eugênia, e BURITI, Iranilson (Orgs.). *Cidade e região: Múltiplas histórias*. João Pessoa: Ideia, 2005. P. 67-84.

SILVA, Maria Raquel. Civilizando os filhos da “Rainha”, Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935-1945). Dissertação (Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba), João Pessoa, 2011.

SILVA, Paloma Porto. (Des) Alinhando alguns fios da modernidade pedagógica: um estudo sobre as práticas discursivas em torno da educação infantil em Campina Grande-PB (1919-1945) Dissertação (Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba), João Pessoa, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. 2a Ed. Belo, 2001.